

# CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NO CONTEXTO SOCIAL

Dante Ogassavara<sup>1</sup>  
Thais da Silva-Ferreira<sup>2</sup>  
Patricia Costa Lima Tierno<sup>3</sup>  
Jeniffer Ferreira-Costa<sup>4</sup>  
José Maria Montiel<sup>5</sup>

## RESUMO

A temática da sustentabilidade tem ganhado destaque no cenário internacional. Este estudo teve como objetivo discutir possíveis enquadramentos teóricos para a concepção de impacto social, alinhados aos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (ODS). Para isso, foi realizada uma revisão narrativa da literatura sobre o tema, com busca de materiais nas bibliotecas virtuais SciELO, Google Acadêmico e PubMed, utilizando os descritores "impacto social", "política pública" e "desenvolvimento sustentável". A análise permitiu descrever e compreender a interrelação entre os ODS, evidenciando benefícios decorrentes, especialmente, da colaboração entre comunidades e governanças. Concluiu-se que os fatores ambientais, sociais e econômicos constituem eixos centrais para o desenvolvimento de modelos sustentáveis.

**Palavras-chave:** Política pública. Assistência social. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

## CONCEPTIONS AND IMPLICATIONS OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS IN THE SOCIAL CONTEXT

### ABSTRACT

The topic of sustainability has gained prominence on the international stage. This study aimed to discuss possible theoretical frameworks for the concept of social impact, aligned with the "Sustainable Development Goals" (SDGs). To achieve this, a narrative literature review on the subject was conducted, with material sourced from the virtual libraries SciELO, Google Scholar, and PubMed, using the descriptors "social impact," "public policy," and "sustainable development." The analysis allowed for the description and understanding of the interrelationship between the SDGs, highlighting the benefits derived, particularly from collaboration between communities and governance structures. It was concluded that environmental, social, and economic factors are central pillars in developing sustainable models.

**Keywords:** Public Policy. Social Care. Sustainable Development Goals (SDGs).

Recebido em 16 de janeiro de 2025. Aprovado em 07 de fevereiro de 2025

<sup>1</sup> Psicólogo. Mestre e Doutorando do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. Docente do curso de Psicologia na Faculdade Nove de Julho, São Paulo, SP. ogassavara.d@gmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP. thais.sil.fe@hotmail.com

<sup>3</sup> Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP. pati.tierno@hotmail.com

<sup>4</sup> Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP. cjf.jeniffer@gmail.com

<sup>5</sup> Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia. Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu/Instituto Ânima, São Paulo, SP. montieljm@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Atualmente, no cenário internacional, discute-se a importância da sustentabilidade para a preservação socioambiental. Para tal, foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas – ONU (2015). Dentre os dezessete ODS, é válido afirmar que diversas dessas metas tratam da solução de desigualdades e assimetrias de infraestrutura e recursos, contemplando, também, objetivos direcionados à promoção das condições sanitárias das populações e à preservação ambiental, subsidiados pela implantação de estratégias socioeconômicas sustentáveis.

Em contexto brasileiro, os fundamentos de sustentabilidade e preservação socioambiental podem ser observados nas disposições estratégicas para o funcionamento de diferentes sistemas do Estado brasileiro, como ilustrado pelo Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024 (BRASIL, 2014). Nesse plano, são estabelecidas metas voltadas à conscientização sobre as assimetrias sociodemográficas entre os diversos subgrupos sociais e ao combate a diferentes formas de violência, haja vista as ocorrências de discriminação e negligência. Na prática, tais metas enfrentam obstáculos em sua efetivação, pois as intervenções são realizadas de forma fragmentada, além do pouco envolvimento da população, já que o planejamento para a execução é desvinculado dos órgãos públicos e de setores como o educativo, social e econômico. Assim, a implementação dos planos voltados à sustentabilidade tende a ser pouco eficaz (VARGAS, 2021).

Ao voltar-se para os aspectos de promoção da saúde e assistência social, pode-se afirmar que os ODS se direcionam à preservação e à promoção de condições sanitárias mediante a orientação de políticas públicas voltadas à melhoria dos determinantes sociais de saúde, alinhando-se ao modelo de Dahlgren e Whitehead. Sob esse panorama, tratam-se das condições educacionais, laborais, assistenciais, de habitação e de produção, mediadas pelas redes sociais e comunitárias de modo a delimitar o estilo de vida dos indivíduos (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Diante disso, é válido ressaltar a concepção de vulnerabilidade social como um enquadramento marcado pela dificuldade ou impossibilidade de gozar seus direitos, permeado por comprometimentos de ordem biológica, psicológica e/ou sociocultural (CARMO; GUIZARDI, 2018). Nesse contexto, os quadros de vulnerabilidade estão associados a questões individuais relacionadas à funcionalidade, mas também às atribuições de significados culturais do contexto em que estão inseridos, tratando das representações e valores sociais concebidos coletivamente (SANTOS *et al.*, 2020).

Ao explorar brevemente as perspectivas voltadas para a promoção da saúde, identifica-se a demanda por uma compreensão aprofundada do conceito de impacto social, no sentido de elaborar uma definição sintática e coerente para discutir os efeitos benéficos gerados pelas possíveis propostas de promoção da saúde e combate às assimetrias. Dessa maneira, esta investigação teve como problema de pesquisa a seguinte questão: “Como o impacto social pode ser compreendido, tendo em vista os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como desfecho positivo?”. Assim, objetivou-se discutir possíveis enquadramentos teóricos para a concepção de impacto social, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## MÉTODO

Foi configurado um delineamento de pesquisa de abordagem qualitativa, podendo ser especificado como uma pesquisa transversal e descritiva. Nesta estrutura, foi proposta investigação do estado das variáveis em questão para

interpretá-las em um recorte pontual do tempo, prezando pela abrangência e coerência das discussões em relação ao contexto real. O delineamento de pesquisa adotado também é entendido como uma revisão de literatura narrativa ao ter feito uso de materiais bibliográficos para sintetizar os conhecimentos previamente existentes na literatura científica, sendo captados por uma estratégia de coleta de dados não sistematizada (OGASSAVARA *et al.*, 2023).

A revisão de literatura narrativa é um modelo investigativo oportuno por promover a comunicação científica brevemente, sendo uma obra que viabiliza a atualização e aquisição de conhecimento com rigor técnico. Desta maneira, sendo especialmente valiosa para profissionais em atuação prática ao subsidiar a economia de tempo e esforço para o levantamento de materiais relevantes (ROTHER, 2007). De modo a situar revisões narrativas no contexto científico, indica-se que esta modalidade de estudo retrata os enquadramentos teóricos prevalentes em um determinado contexto sócio-histórico, servindo como um marco temporal da delimitação conceitual acerca de determinado objeto (HOPIA *et al.*, 2016). Complementarmente, revisões narrativas permitem identificar consensos e lacunas do conhecimento relativos à determinada temática, fornecendo perspectivas panorâmicas do contexto investigado (KNOPF, 2006).

A captação de materiais bibliográficos foi realizada entre os meses de junho e agosto de 2024 em plataformas de busca, como SciELO, Google Acadêmico e PubMed. Estas buscas utilizaram os descritores “impacto social”, “política pública” e “desenvolvimento sustentável” em português e inglês, sendo empregados separadamente e em diferentes combinações para selecionar obras no formato de livros e artigos publicados em periódicos científicos. Nesta condição, aponta-se que não foram excluídos materiais captados em função da sua data de publicação com o intuito de considerar obras clássicas na discussão proposta.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Indica-se que, anteriormente ao estabelecimento dos ODS, a ONU promulgou a Declaração do Milênio (Resolução nº 55/2, 2000), orientando o trabalho colaborativo no cenário internacional com o objetivo de conceber os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Assim como propostas posteriores, os ODM têm como fundamentos essenciais a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza e a responsabilidade compartilhada. Nesse contexto, foram apresentados apenas sete ODM, que abrangem, de forma ampla, a promoção da segurança, o fortalecimento da paz, a garantia dos direitos humanos, a erradicação da pobreza, a proteção de grupos vulneráveis e o atendimento às demandas urgentes na África. Nesse sentido, pode-se afirmar que os ODS constituem uma ampliação das metas internacionais já existentes, complementando a lista de desafios emergentes que devem ser enfrentados pelas diferentes nações.

Considerando que o prazo previsto para a Agenda 2030 (ONU, 2015) está se aproximando, levantamentos realizados para o acompanhamento e discussão na Cúpula do Futuro indicam que o cenário internacional não conseguiu alcançar os ODS propostos. A maioria das metas apresentou estagnação, e algumas até se deterioraram em determinados aspectos. Diante dessa situação, sugere-se que os ODS sejam mantidos até 2050, demandando, com urgência, a adoção de práticas e a implementação de modelos de produção e habitação sustentáveis (SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK [SDSN], 2024). A partir dessa problemática, infere-se que, para o próximo período, serão impostas novas metas

específicas, ampliando os ODS existentes. Um exemplo disso seria a especificação da urgência em tratar questões relacionadas ao atendimento da população idosa, ainda que tal problemática já seja, de forma indireta, contemplada na proposta de promoção do bem-estar para diferentes grupos etários.

Ao considerar os dezessete ODS, observa-se que estes abrangem a promoção de questões relativas à seguridade, à sustentabilidade nas diversas formas de produção, à preservação de recursos naturais mediante seu uso responsável e à colaboração internacional orientada à preservação socioambiental e à busca pela paz mundial. Atualmente, a ONU categoriza os ODS em cinco P's: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias (SDSN, 2024). Contudo, é válido destacar que há uma relação evidente entre os ODS e que algumas categorias sugeridas se sobrepõem ao abrangerem objetivos comuns. Assim, sugere-se que o sucesso em diferentes categorias pode gerar impactos sociais positivos em fatores associados a outras categorias interligadas por variáveis comuns.

Na categoria voltada para a colaboração internacional, incluem-se os ODS 10 (Redução das Desigualdades), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação). Percebe-se a relevância de considerar as dinâmicas globais, que envolvem trocas de conhecimentos e práticas visando ao desenvolvimento nacional de forma sustentável, à redução de iniquidades regionais e ao progresso da humanidade de maneira pacífica. Nesse sentido, os ODS configuram um conjunto de propostas voltadas ao desenvolvimento econômico fundamentado na paz e em governanças mais justas. A internacionalização é um fenômeno multifacetado, permeado por divergências conceituais e passível de implementação por abordagens variadas, como a importação de modelos de fontes externas, a busca por trocas no exterior, a transferência ativa de saberes e tecnologias, entre outras estratégias definidas por atividade, desfecho ou processo. Assim, soluções práticas realizadas em diferentes regiões podem ser adaptadas a variados contextos, considerando suas especificidades e promovendo benefícios diversificados. No entanto, para que essas trocas de estratégias ocorram, é fundamental a adoção de uma comunicação efetiva entre governanças, integrando políticas públicas, inovação tecnológica e desenvolvimento social (KNIGHT, 2004).

As metas propostas referentes ao desenvolvimento de modelos de produção sustentáveis pressupõem investimentos nos setores da agricultura, da indústria e da gestão ambiental, especialmente no que diz respeito aos recursos hídricos e energéticos. Ademais, ressalta-se que esses objetivos abrangem as estruturas sociais de ocupação e os padrões de consumo, abordando questões como acessibilidade e segurança dos espaços. Nesse contexto, é essencial considerar os indicadores Environmental, Social and Governance (ESG) (Pacto Global - ONU, 2004) como métricas de sustentabilidade para organizações, direcionando o impacto socioambiental gerado por suas atividades e contribuindo para a formação de mercados mais previsíveis e estáveis. Convergentemente, destaca-se o modelo teórico triple bottom line no meio corporativo, que propõe que o desenvolvimento sustentável perpassa dimensões sociais, ambientais e econômicas, com base nos “três P's”: pessoas, planeta e lucro (profit). Assim, as concepções de sustentabilidade nos meios corporativos alinham-se à responsabilidade social das organizações diante dos ODS, promovendo melhores condições de trabalho e a construção coletiva de espaços sustentáveis.

Ao sintetizar os objetivos voltados diretamente à preservação ambiental, identifica-se a preocupação com os modelos de exploração dos recursos naturais, especialmente os riscos associados à agricultura irresponsável e ao despejo irregular

de materiais residuais poluentes em meios terrestres e aquáticos. Isso reforça a necessidade de criar tratativas que abordem as mudanças climáticas observadas globalmente, bem como os prejuízos subsequentes ao equilíbrio natural dos biomas (ROCKSTRÖM et al., 2009).

Sobre as problemáticas relacionadas ao enfrentamento das mudanças climáticas por parte de agentes sociais relevantes, Nusdeo, Silva e Rotta (2023) investigaram estratégias de prevenção de desastres e adaptação no município de São Paulo. A partir de entrevistas realizadas com servidores públicos, acadêmicos e profissionais do terceiro setor, as autoras evidenciaram a demanda por estratégias colaborativas para efetivar transformações estruturais na cidade. Contudo, também foram identificadas barreiras que dificultam a implementação de práticas eficazes de prevenção. Entre essas, mencionou-se o enfraquecimento do papel das subprefeituras na vistoria de ocorrências, limitando a agilidade na notificação de problemas e no acompanhamento de casos. Críticas também foram feitas às decisões de instâncias governamentais superiores, que priorizam obras insustentáveis em vez de recuperar os cursos de rios e suas estruturas de drenagem. Além disso, foi denunciada a influência do setor imobiliário na delimitação de zonas de proteção ambiental, o que tem reduzido a categorização dessas áreas.

No que se refere às disposições voltadas à promoção da seguridade, incluem-se os ODS: 1-Eradicação da Pobreza; 3-Saúde e Bem-Estar; 4-Educação de Qualidade; e 5-Igualdade de Gênero. Destaca-se que a erradicação da pobreza e da fome são objetivos de extrema relevância, que subsidiam condições para a promoção do bem-estar, da equidade, de oportunidades educacionais e de melhorias nos quadros sanitários. No contexto da legislação brasileira (BRASIL, 1991b), as condições de saúde, previdência e assistência social integram um conjunto de iniciativas públicas e sociais destinadas a favorecer esses aspectos.

Com o intuito de exemplificar propostas nacionais que oferecem alterações estruturais com grande potencial de impacto para a promoção da seguridade da população, destaca-se a ampliação da oferta de educação em tempo integral, conforme disposta no Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014a). Trata-se de um modelo que fortalece redes de apoio, desenvolve competências de autocuidado e incentiva a prática de atividades culturais e esportivas. Assim, a ampliação da educação em tempo integral configura-se como uma estratégia alinhada aos ODS, pois contribui para promover segurança, acolhimento, assistência e educação aos jovens.

Dado os benefícios das ofertas de aprendizagem, destaca-se que a conscientização e a instrução para a realização de práticas voltadas à saúde são elementos capazes de gerar ganhos significativos para a população. Nesse sentido, insere-se o conceito de marketing de saúde como um componente alinhado à concepção de marketing social, definida como uma atividade que visa influenciar comportamentos individuais e coletivos na organização comunitária para a promoção do bem social, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021).

Em paralelo, é possível citar a internacionalização vinculada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 – Educação de Qualidade –, que visa promover oportunidades de aprendizagem e reduzir a desigualdade no acesso à educação. Atualmente, as instituições de ensino superior (IES), especialmente as universidades públicas, têm adotado processos de internacionalização em alguns cursos. Nesse contexto, o objetivo final não é o aumento de lucros ou a geração de renda para a universidade, mas sim uma devolutiva para a comunidade, promovendo, em certa

medida, justiça social (SANTOS; SANTOS, 2024). Possibilitar a internacionalização dos cursos em IES configura-se como um elemento-chave para a promoção da qualidade no ensino e o fortalecimento do Brasil no cenário global. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, enfatiza esse objetivo, que pode ser entendido como um processo de integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Esse processo é essencial para o fomento à pesquisa. Embora não se trate de uma meta isolada, ele abrange objetivos estabelecidos pelo ODS 4. A Meta 12 do PNE, que se refere à ampliação do acesso ao ensino superior, também busca elevar a qualidade da educação, fortalecendo ainda mais as parcerias internacionais. Além disso, a Meta 14, que tem como foco o aumento no número de matrículas em programas de pós-graduação stricto sensu, é diretamente impactada pela implementação de programas articulados com universidades estrangeiras (BRASIL, 2014). As metas estabelecidas pelos ODS estão estreitamente relacionadas a políticas públicas e sociais, evidenciando a importância de ações integradas para o desenvolvimento socioambiental. No contexto brasileiro, tais metas encontram ressonância em iniciativas como o Plano Nacional de Educação, que propõe estratégias voltadas à promoção de saúde inclusiva e de qualidade, ainda que enfrente desafios operacionais que dificultam sua efetividade.

Por fim, é relevante destacar o papel de outros ODS, como o ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), o ODS 9 (Redução das Desigualdades), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), o ODS 14 (Vida na Água) e o ODS 15 (Vida Terrestre). A qualidade e o esforço dedicados ao desenvolvimento desses objetivos também geram impactos sociais significativos. A conscientização da população sobre as questões que envolvem esses objetivos é essencial para seu progresso (MARTINS, 2018). Metas voltadas para comunidades sustentáveis – incluindo urbanização planejada, moradias acessíveis, transportes eficientes, energias renováveis e outras ações – contribuem para a mitigação dos impactos do aquecimento global, viabilizando um futuro com maior qualidade de vida (UN-HABITAT, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adentrar os enquadramentos de impacto social voltados à sustentabilidade é essencial visitar os objetivos de desenvolvimento sustentável por servirem de parâmetro para a efetivação dos ideais de sustentabilidade, porém há de se reconhecer que as definições operacionais que podem ser utilizadas para nortear as ações propostas variam significativamente. Esta questão pode ser justificada parcialmente pela imprecisão conceitual acerca da concepção de impacto social e a consequente dificuldade em estabelecer critérios válidos para atestar a contribuição para a sustentabilidade.

Embora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentem grande amplitude em suas propostas ao abordar aspectos multidimensionais intrínsecos ao funcionamento social, os efeitos da ação humana e as trajetórias delimitadas para o cenário internacional, foi sugerida uma categorização dos objetivos em busca de elucidar brevemente os vetores estruturas das concepções de sustentabilidade. Nisto, foi apresentado que a promoção da seguridade, a preservação ambiental e a criação de modelos de produção sustentável são eixos latentes da Agenda 2030 que se relacionam intimamente, enquanto a colaboração internacional pode ser entendida

como um eixo que corrobora com os outros ao subsidiar alternativas e condições para o desenvolvimento sustentável.

Destaca-se a centralidade dos fatores ambientais, sociais e econômicos para o desenvolvimento de modelos sustentáveis ao condicionarem determinantes sociais de saúde, incluindo a gestão ambiental, quadros sanitários e a disposição de recursos econômicos e financeiros. As dimensões tratadas podem ser investigadas tanto de forma segmentada, quanto integradamente, recorrendo aos conhecimentos dos campos das ciências naturais, das ciências da saúde e das ciências sociais para retratar os contextos em questão de forma real ao identificar a multiplicidade de fatores associados à sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212rep.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212rep.htm). Acesso em: 05 ago. 2024.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 77-93, 2007.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de saúde pública**, v. 34, n. 3, p. e00101417, 2018. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>. Acesso em: 15 jul. 2024.

HOPIA, Hanna; LATVALA, Eila; LIIMATAINEN, Leena. Reviewing the methodology of an integrative review. **Scandinavian journal of caring sciences**, v. 30, n. 4, p. 662-669, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/scs.12327>. Acesso em: 25 jun. 2024.

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. **Journal of studies in international education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1028315303260832>. Acesso em: 15 jul. 2024.

KNOPF, Jeffrey W. Doing a literature review. **PS: Political Science & Politics**, v. 39, n. 1, p. 127-132, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096506060264>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MARTINS, C. I. R. **Proposta de indicadores para avaliação do cumprimento de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas cidades Portuguesas** (Tese de Doutorado - Universidade Nova de Lisboa). 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/187233295.pdf> Acesso em: 03 dez. 2024

NUSDEO, ANA *et al.* Adaptação às mudanças climáticas e prevenção a desastres na cidade de São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 37, p. 263-278, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2023.37109.016>. Acesso em: 28 jul. 2024.

OGASSAVARA, Dante *et al.* Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 8-21,

2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/23594381.2023.21.3.7646>. Acesso em: 02 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Resolução nº 55/2**: Declaração do Milênio. Assembleia Geral das Nações Unidas, 18 set. 2000.

Organização das Nações Unidas [ONU]. **Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development**. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, v. 1, p. 41, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. [s.l.] : United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2023.

Organização Mundial da Saúde. Health promotion glossary of terms 2021. **World Health Organization**, 2021.

Pacto Global - Organização das Nações Unidas [ONU]. **Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World**, 2004.

ROCKSTRÖM, J., STEFFEN, W., NOONE, K. *ET AL.* **A safe operating space for humanity**. *Nature* 461, 472–475. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/461472a> Acesso em: 03 dez. 2024

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, p. v-vi, 2007.

SANTOS, Lucas Natan Alves; SANTOS, Elaine Maria. Internacionalização, educação de qualidade e redução de desigualdades: alguns apontamentos ao sul. **Revista de Estudos de Cultura**, v. 10, n. 25, p. 1-20, 2024.

SANTOS, Maria Angélica Bezerra dos *et al.* Factors associated with elder abuse: a systematic review of the literature. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2153-2175, 2020.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK [SDSN]. **Sustainable Development Report 2024: The SDGs and the UN Summit of the Future**. Dublin, Irlanda: Dublin University Press, 2024. DOI: 10.25546/108572. Disponível em: <https://doi.org/10.25546/108572>.

UN-HABITAT. **World Cities Report 2020: The value of sustainable urbanization**. UN. 2020. Disponível em: <https://unhabitat.org/world-cities-report-2020-the-value-of-sustainable-urbanization> Acesso em: 03 dez. 2024

VARGAS, Daiane Loreto. “Na contramão da sustentabilidade”: a pauta da governança ambiental no Brasil. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, abr./jun., p. 90-104, 2021.